



DESENVOLVIMENTO PLANEJADO: CONGRESSOS PAN-AMERICANOS DE ARQUITETOS E ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL NA AMÉRICA LATINA (1948-1979)

Fernanda Cristina Pereira Drumond
Universidade Estadual de Campinas
fernanda-drumond@hotmail.com

A cidade pode ser entendida como o palco dos afetos e das sensibilidades – local em que as camadas e histórias que a perpassam são construídas pelos múltiplos sujeitos que por ela circulam e pelas memórias que eles produzem. Existe, assim, uma dimensão sensível no modo como o espaço urbano é configurado e apropriado por seus agentes. Tal sensibilidade é parte fundamental nas discussões dos estudiosos de diferentes campos que se dedicam aos estudos urbanos, compreendendo suas lógicas construtivas e políticas, alteradas e ressignificadas ao longo do tempo.

A presente comunicação analisa a relevância que o campo da arquitetura e do urbanismo ocupou no planejamento urbano e regional das cidades ao longo do século XX, com destaque para a categoria das “cidades latino-americanas”. No entanto, não se deve pensar nos arquitetos e urbanistas de uma forma compartimentada, ignorando como os debates sobre as cidades na segunda metade do século XX extrapolavam o campo da arquitetura e do urbanismo e produziam interesse em outros campos de saberes, como a Economia, a Sociologia e a História. Dessa forma, a dimensão interdisciplinar se faz presente nesta proposta desde seu objetivo central, que é a compreensão das aproximações e distanciamentos das pautas existentes entre os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos e os organismos internacionais, atuantes na América Latina entre os anos de 1948 e 1979. A interdisciplinaridade, bem como a transdisciplinaridade, são características bastante relevantes na constituição dos estudos das cidades, fomentando o debate entre diferentes campos de conhecimento e países, conforme argumenta a historiadora Maria Stella Bresciani:

Na intenção de sugerir a possibilidade de adentrar um campo de conhecimento de estrutura transdisciplinar sublinho, pois, a necessária aproximação interdisciplinar nos estudos das cidades. A transdisciplinaridade constitutiva do campo do urbanismo pode ser



apreendida em seus inícios plurais, pelo menos desde o século XIX, inscritos em diversas áreas de conhecimento e nos diálogos, diretos e indiretos, entre especialistas de várias áreas e diversos países, o que também lhe confere caráter internacional e ambição universal na aplicação de tipologia e de modelos. Exige, ainda hoje, que pesquisadores de diversas áreas disciplinares mantenham o diálogo constitutivo desse campo.¹

Em meados do século XX os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos eram organizados pela Federação Pan-Americana de Associações de Arquitetos e contavam com a participação de delegações de profissionais vindas de vários países da América, com destaque para o Cone Sul. Nesses eventos eram realizadas conferências e premiações de projetos, contando com a participação de profissionais de arquitetura e urbanismo que possuíam sua atuação voltada ao continente americano. Embora as primeiras edições dos congressos tenham sido organizadas na década de 1920, optou-se por iniciar a pesquisa temporalmente em 1948, com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Essa escolha parte do pressuposto de que nesse período surgiu a convergência de pautas entre esses eventos e as políticas voltadas para a América Latina definidas pelos organismos internacionais.

Dentre as organizações multilaterais de cooperação técnica e econômica atuantes nas questões urbanas nesse período foram selecionados a Sociedade Interamericana de Planejamento (SIAP), o Centro Interamericano de Moradia e Planejamento (CINVA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a CEPAL. Por se tratar do contexto de pós Segunda Guerra Mundial, é relevante pontuar que alguns dos principais discursos desenvolvimentistas propagados por essas instituições estavam diretamente relacionados à oposição ideológica ao bloco soviético, o que a historiadora Elizabeth Cancelli nomeou como “Guerra Fria Cultural”: “[...] Portanto, a percepção de estranhamento do comunismo como doutrina alienígena, coisa importada e, por isso, *unheimlich*, provinha, como estava sendo postulado, de uma concepção de ignorância desses países e de suas populações.” (CANCELLI, 2017, p.29).

No caso dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, a ideia de Guerra Fria Cultural pode ser compreendida como o ímpeto estadunidense em propagar o pensamento

¹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade nos estudos urbanos. Campinas: **Revista eletrônica do CIEC**, v.7, número 10. 2015, p.23.



ideológico alinhado ao bloco capitalista para diversos campos de conhecimento, sendo a América Latina uma região especialmente importante, dada a sua proximidade com os Estados Unidos. Nesse contexto, esta pesquisa discute o conceito de cidade latino-americana, questionando-se a definição apresentada por Adrián Gorelik em seu artigo “A produção da cidade ‘latino-americana’”. Retomando a ideia dos discursos existentes no continente sobre o conceito de “latinoamericanismo”, Gorelik afirma ser o conceito de “cidade latino-americana” uma construção mental que permite comparar, através de um critério único, cidades que possuem realidades culturais, sociais e econômicas completamente distintas, mas que geograficamente compartilham a localização que conhecemos como América Latina. Dessa forma, para o autor:

A “cidade latino-americana” não pode ser tomada, então, como uma realidade natural, como uma categoria explicativa da diversidade de cidades realmente existentes na América Latina. Assim, devemos constatar, ao mesmo tempo e de modo inverso, que a “cidade latino-americana” existe, mas de outra forma: não como uma ontologia, mas como uma construção cultural. Durante períodos específicos da história, a ideia de “cidade latino-americana” funcionou como uma categoria do pensamento social, como uma figura do imaginário intelectual e político em vastas regiões do continente e, como tal, pôde ser estudada e puderam ser reconstruídos seus itinerários conceituais e ideológicos, suas funções políticas e institucionais, em cada uma das conjunturas específicas da região.²

A reflexão de Gorelik aponta para a mobilização dos discursos sobre a América Latina como uma construção cultural aliada a determinados projetos políticos. No período da Guerra Fria, Cancelli argumenta que havia o interesse, por parte do discurso hegemônico estadunidense, de que essa região fosse estratégica para a ideologia capitalista, servindo como uma barreira à União Soviética e ao comunismo³. Embora existisse o interesse ideológico materializado sob a forma de projetos de infraestrutura financiados pelos Estados Unidos, dentre os quais iniciativas voltadas ao planejamento urbano e regional nos moldes do *planning* estadunidense, esse movimento não deve ser visto como linear, vindo exclusivamente do norte em direção ao sul. É de fundamental importância considerar as redes de trocas intelectuais e profissionais existentes nos

² GORELIK, Adrián. “A produção da cidade ‘latino-americana’”. *Tempo social*: São Paulo, 17, 2005. p.112.

³ CANCELLI, Elizabeth. “Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria”. Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2001. p.115.



campos da arquitetura, urbanismo e planejamento urbano nos demais países do continente americano, como argumenta Rodrigo de Faria: [...] Por lo tanto, no se trataría de un movimiento tan lineal como el que da a entender la idea de “viaje latinoamericano del planning norteamericano”, sino de una construcción en red (...), en diversos sentidos, orientaciones teóricas y orígenes institucionales. [...] (FARIA, 2022, p.6).

Com a argumentação de Faria é possível refletir que embora o discurso da Guerra Fria esteja constantemente presente nas resoluções dos organismos internacionais, ele é permeado de tensões e debates que permitem a construção de um campo de conhecimento plural e socialmente engajado. As ideias, portanto, não possuem um lugar⁴ nem uma direção definida: elas são fruto do constante debate intelectual voltado à compreensão do espaço urbano e do próprio campo de conhecimento da história urbana. Assim, considerando-se as problematizações trazidas na parte inicial desta comunicação, o recorte dos organismos internacionais analisados considera uma série de critérios previamente definidos⁵, mas é relevante ressaltar que essas instituições não são as únicas a realizarem o debate sobre o desenvolvimento e o planejamento urbano no período abordado⁶.

Sobre as pautas existentes nos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, percebe-se uma alteração gradual entre os temas debatidos em suas primeiras edições e aqueles que se tornaram mais evidentes em meados do século XX. Nas duas primeiras décadas de ocorrência desses eventos os debates sobre a conformação do campo da arquitetura, a profissionalização dos arquitetos e a habitação eram as pautas que se faziam

⁴ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. São Paulo: **Cadernos de debate**, Brasiliense, 1976.

⁵ Dentre os critérios assumidos para a escolha dos organismos internacionais analisados podemos destacar a relevância regional, o impacto exercido em múltiplos países, assim como a existência de um número relevante de publicações e acervo disponibilizado.

⁶ Rodrigo de Faria realizou o levantamento de algumas instituições que possuíam abrangência regional e caráter municipalista que também realizavam eventos e debatiam sobre urbanismo e planejamento urbano nesse período, dentre as quais pode-se destacar a Organización Interamericana de Cooperación Intermunicipal (O.I.C.I.). Reitera-se, assim, que o debate sobre o planejamento urbano e regional das cidades da América Latina já existia anteriormente aos organismos internacionais apresentados neste trabalho, mas tais instituições foram responsáveis por ampliar essa discussão, bem como por reunir uma multiplicidade de profissionais com conhecimentos em diferentes campos em torno desse debate.



presentes⁷. Nas décadas subsequentes é perceptível o espaço dedicado às discussões sobre desenvolvimento e planejamento urbano e regional. A ampliação de determinadas temáticas a serem debatidas não quer dizer, no entanto, que as questões profissionais do campo da arquitetura desapareceram nesses eventos, mas sim que houve uma reorganização de tais debates para incluir novas questões inerentes ao espaço urbano do período.

A primeira edição dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos analisada na pesquisa é o VII Congresso, ocorrido em 1950 na cidade de Havana, em Cuba. Com as discussões sobre a constituição do campo da arquitetura e do urbanismo na América Latina já amadurecidas, abriu-se espaço para a criação da Federação Pan-americana de Associações de Arquitetos (FPAA), voltada à organização dos congressos. Desse evento participaram profissionais de arquitetura da Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba Chile, Estados Unidos, México, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela. É relevante ressaltar a ampliação da participação dos Estados Unidos nas edições realizadas nesse período, já que a delegação estadunidense contou com uma pequena expressividade nas edições iniciais – o que sugere um aumento de interesse nas pautas debatidas e na participação ativa no campo da arquitetura e do urbanismo latino-americano após a Segunda Guerra, no período da Guerra Fria. Sobre esse tema, Ramón Gutierrez, Rubens Stagno e Jorge Tartarini, organizadores da coletânea *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000 – Aportes para su historia*, publicada em 2007, mapearam as principais pautas debatidas pela delegação dos Estados Unidos que participou do congresso de Havana: “[...] Ellos, como los demás participantes abordaron variados temas, cobrando particular importâncias los referidos a ‘Planificación y Urbanismo’ y la ‘Evolución de la arquitectura contemporânea’ [...]” (GUTIERREZ; STAGNO; TARTARINI, 2007, p.23). A preocupação com o planejamento urbano e regional nesse período é uma pauta central, visto a criação do CINVA em 1951. Essa instituição funcionaria como um centro de ensino criado a partir de um acordo técnico da OEA, objetivando a aproximação entre o planejamento e o desenvolvimento da habitação social.

⁷ NOVO, Leonardo Faggion. “De debates locais a tramas transnacionais – O exercício de legitimar a profissão de arquiteto no início do século XX”. São Paulo: **Revista de pós-graduação da Escola da Cidade**. Número: 2, 2020. pp. 96-109.



Após o congresso ocorrido em 1950, a edição seguinte foi realizada no ano de 1952, na Cidade do México, sendo marcada pela relevância que a América central e a América do norte passaram a exercer nesses eventos, já que as primeiras edições foram marcadas pelo protagonismo das delegações sul-americanas. No México a temática central foi relativa à mudança de escala – justamente uma forma de chamar a atenção para a consolidação da participação do eixo central e do norte do continente americano nos congressos. Nesse evento debateu-se como a ocorrência da Revolução mexicana realizada no início do século XX contribuiu para que nesse país se estabelecessem políticas urbanas voltadas à ação social, principalmente pautadas na questão da habitação popular e da educação. Relacionando-se aos debates educacionais, o último tema discutido foi a apresentação do projeto para a Cidade Universitária feito para a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM).

O projeto da Cidade universitária foi realizado na década de 1950 por mais de 60 arquitetos e engenheiros, com destaque para os nomes dos arquitetos Mario Pani⁸ e Enrique del Moral⁹. Ao mesmo tempo em que foram utilizados elementos que remetiam à cultura pré-hispânica mexicana, no projeto optou-se por construir edifícios com características da arquitetura moderna. Essa opção arquitetônica fica evidente no prédio da biblioteca central, que possui um grande mural que destaca elementos associados à cultura Asteca, ao mesmo tempo em que se baseia nos princípios da arquitetura moderna e do funcionalismo. É relevante ressaltar que desde 2007 o conjunto arquitetônico da Cidade universitária da UNAM foi declarado patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO, sob a justificativa de ser um local único devido aos exemplares do modernismo do século XX que integram urbanismo, arquitetura, engenharia, paisagem e arte com referências locais.

⁸ Mario Pani, além de ter participado ativamente da construção do campus principal da UNAM, também foi o arquiteto responsável por outras obras bastante relevantes na Cidade do México, dentre elas o conjunto habitacional Nonoalco-Tlatelolco, considerado um dos principais exemplares da arquitetura de conjuntos habitacionais na América Latina.

⁹ Enrique del Moral atuou em uma série de projetos na Cidade do México, como a construções de hospitais, estações de metrô e conjuntos habitacionais. Entre 1944 e 1949 ele ocupou o cargo de diretor da Faculdade de Arquitetura da UNAM.



Imagem 1: Biblioteca central da UNAM. Fototeca do Instituto Nacional de Antropologia e História, 1956.

O diálogo entre a arquitetura moderna e os temas sociais dividiram espaço com a questão do planejamento integral como um dos debates centrais desse evento, como pontuam Gutierrez, Stagno e Tartarini¹⁰. O planejamento visando o desenvolvimento integral, cuja visão está em consonância com aquela defendida pela CEPAL, é outro tema que relaciona a arquitetura com os problemas sociais passíveis de soluções técnicas no continente americano. Em sua obra que revisita a trajetória da CEPAL ao longo do século XX, o economista Ricardo Bielchowsky explicita como foram constituídos os pressupostos do desenvolvimento integral elaborados por essa instituição:

[...] a CEPAL responderia oficialmente ao mandato conferido pela Assembleia Geral de avaliar a estratégia de desenvolvimento integral nas condições latino-americanas. O documento mais importante nessa linha foi a ‘Avaliação de Quito’ (...) coordenada por Manuel Balboa e Marshall Woolf. O trabalho formula uma série de critérios para o ‘desenvolvimento integrado’, ou ‘desenvolvimento humano’, entre os quais encontram-se, bem ao gosto da agenda reformista dos anos 1960, a defesa da necessidade de alterar o regime de propriedade da terra, e o controle e utilização soberana de recursos naturais. E adota uma postura flexível quanto a estratégias de mudanças, assinalando ser necessário adequá-las às mais distintas configurações estruturais existentes na região, além de destacar que o modelo ou estilo a ser adotado deveria ser

¹⁰ GUTIERREZ, Ramón; STAGNO, Rubens; TARTARINI, Jorge. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000 – Aportes para su historia*. Buenos Aires: CEDODAL, 2007. p.23.



orientado pela planificação estatal e contar com a participação indispensável de todos os extratos da população.¹¹

Para os integrantes da CEPAL, não era possível a existência de desenvolvimento econômico dissociado dos temas sociais. Para melhor compreender a perspectiva cepalina é preciso ter em mente que existia o interesse dos Estados Unidos em propor projetos voltados ao continente americano que partiam de propostas individualistas que contrapunham as ideias da arquitetura voltada ao coletivo praticada na União soviética. No entanto, parte expressiva dos profissionais do campo da arquitetura e do urbanismo na América Latina debatiam a criação de soluções que atendessem a população partindo de uma perspectiva centrada na coletividade. Essa ótica coletiva vai prevalecer em parte relevante dos projetos de habitação social e na construção das cidades universitárias, que será o tema principal do seguinte congresso, ocorrido em 1955 na cidade de Caracas.

Com o retorno dos congressos para a América do sul, a Venezuela foi o país eleito para sediar a 9ª edição desses eventos. Como mencionado anteriormente, a questão da habitação social foi um forte ponto de debate nesse período entre os participantes. No congresso de Caracas foi realizada a discussão sobre o papel do arquiteto, debatendo-se a função social desses profissionais no que diz respeito à questão da habitação e do planejamento urbano sobre as formas de habitar, trabalhar e circular¹². Além de debater a falta de habitações voltadas às classes menos abastadas, outro ponto de interesse levantado nessas discussões foi sobre a qualidade das unidades habitacionais até então produzidas. O fato de a Venezuela ser eleita como a sede dessa edição se deve, também, ao desenvolvimento de uma arquitetura que estava centrada na questão da habitação, tendo sido construídos ao menos cinco grandes conjuntos habitacionais no país nesse período, todos de autoria do arquiteto Carlos Raul Villanueva¹³.

Na agenda econômica desenvolvimentista proposta em parte dos países latino-americanos no período pós-guerra, a questão da habitação pode ser considerada fundamental na construção do espaço urbano. Ao eleger a industrialização como

¹¹ BIELCHOWSKY, Ricardo (organizador). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, 2000. p.52.

¹² GUTIERREZ, Ramón; STAGNO, Rubens; TARTARINI, Jorge. Op. cit. p.25.

¹³ Carlos Villanueva nasceu em Londres, mas pertencia a uma família Venezuelana. Apesar de ter visitado a Venezuela pela 1ª vez apenas aos 28 anos, ele se radicou no país e começou a viver ali desde então. Além de conjuntos habitacionais, Villanueva também planejou a cidade universitária de Caracas.



ferramenta para superação das desigualdades sociais, implantando-se inicialmente o modelo de substituição de importações, fazia-se necessário, também, implementar um novo modelo de urbanização que funcionasse para o alojamento operário condicionado às políticas estatais¹⁴. Nesse cenário, a produção da habitação social se voltou para o modelo de conjuntos habitacionais, agrupando unidades de habitação.

Ao analisar o temário do congresso ocorrido em Caracas, percebe-se que o debate sobre a profissão do arquiteto e sua forma de atuação, tão relevante nas primeiras edições dos congressos, não perdeu sua importância nas edições posteriores desses eventos. Compreende-se que as indagações iniciais sobre a estruturação do campo da arquitetura e do urbanismo e da profissionalização do arquiteto e urbanista passaram, lentamente, a incorporar também reflexões sobre as cidades latino-americanas e suas particularidades sociais, expandindo a questão do planejamento como uma ferramenta possível de intervenção no espaço e de mudança da realidade de seus habitantes.

Prosseguindo com os debates sobre o papel dos arquitetos frente aos problemas sociais existentes nas cidades da América Latina, o 10º Congresso Pan-Americano de Arquitetos foi realizado em 1960 na cidade de Buenos Aires. Sua temática principal versava sobre a relação entre os profissionais de arquitetura e os projetos de habitação social voltados aos países que experimentavam movimentos migratórios no sentido campo-cidade e uma relevante taxa de urbanização. Para materializar sob a forma de projetos os debates realizados durante os congressos, a FPAA propôs que no temário das edições seguintes constasse o cumprimento ou não das resoluções discutidas no evento anterior. Especificamente sobre a questão da habitação, idealizou-se que as melhores propostas apresentadas fossem levadas às autoridades de cada país pelas delegações participantes.

A junção entre a questão da habitação e o desenvolvimentismo tangencia os argumentos presentes nos textos de intelectuais cepalinos, como Raúl Prebisch. Nessa perspectiva, a ideia de construir unidades habitacionais voltadas à massa de trabalhadores não deve ser vista como uma política assistencialista, mas sim como parte do ideário do

¹⁴ FERRARI, Camila. “O conjunto habitacional na produção da metrópole na América Latina entre as décadas de 1930 e 1970: um olhar a partir de São Paulo”. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, número: 34, 2022. p.194.



desenvolvimento integral no período do pós-guerra. A perspectiva cepalina via com bons olhos os avanços técnicos advindos da implantação de uma indústria nacional, pois havia a expectativa da elevação gradual do padrão de vida das massas. Apesar da ideia central de que o progresso técnico garantiria uma melhoria das condições de vida dos trabalhadores, Prebisch pontua que para que isso realmente ocorresse, seria necessário que esse movimento fosse acompanhado pelo desenvolvimento de uma legislação social adequada:

[...] Se, através do progresso técnico, conseguirmos aumentar a eficácia produtiva, por um lado, e se a industrialização e uma legislação social adequada forem elevando o nível do salário real, por outro, será possível irmos corrigindo gradativamente o desequilíbrio da renda entre os centros e a periferia, sem prejuízo dessa atividade econômica essencial.¹⁵

No final da década de 1950, pensando-se em propor soluções para os problemas urbanos identificados nas cidades da América Latina, como a precariedade das habitações e a falta de unidades habitacionais de interesse social suficientes, foi criada a SIAP. Essa instituição, formada por profissionais de múltiplas áreas de conhecimento e vários países, manteve em seus eventos a questão do planejamento urbano e regional sempre atrelada a temática do desenvolvimento, a exemplo dos debates realizados pela CEPAL. É possível identificar, portanto, propostas e projetos voltados ao planejamento urbano e regional que carregavam um vocabulário comum no interior de diferentes organismos internacionais. Tais propostas também reverberavam em eventos como os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, nos quais realizavam-se debates tendo pautas em comum com aquelas abordadas em instituições como a CEPAL e a SIAP.

Destaca-se a importância que o Estado assumiu nesse período como principal investidor no processo produtivo industrial, assim como garantidor de políticas sociais que protegessem os trabalhadores e lhes permitissem acessar bens imóveis utilizando financiamentos públicos. Ainda que essa perspectiva pareça uma ferramenta importante para a superação da dicotomia centro x periferia que aparece nas análises da CEPAL, no caso brasileiro, ao analisar as políticas habitacionais existentes durante o período mencionado, Nabil Bonduki ressalta que uma considerável parcela da população foi

¹⁵ PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais". 1949. In: BIELCHOWSKY, Ricardo (organizador). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, 2000. p.72.



excluída do acesso às unidades habitacionais produzidas. Em sua tese de doutorado sobre a produção da habitação social no Brasil, com destaque para os projetos associados aos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPs), Bonduki analisa que foram excluídos da possibilidade de acessar unidades habitacionais os trabalhadores que não possuíam emprego formal e salário fixo.

No entanto, independentemente destes casos escandalosos de apropriação privada de recursos públicos e de clientelismo – que se fortalece a partir de 1946 –, merece aprofundamento o caráter corporativo dos Institutos, que estabelece uma distinção entre quem podia e quem não podia ser beneficiado, não pelo aspecto social, mas pela associação de uma corporação. Traça-se, assim, uma nova linha divisória entre os cidadãos, que passavam a ter direitos sociais, que agora incluía os trabalhadores assalariados, e os sub-cidadãos, que não tinham lugar na nova ordem social que se estruturava [...]¹⁶

A junção entre o Estado como financiador de projetos habitacionais e o interesse do capital privado em sua construção contrastava com a proposta apresentada durante o mencionado congresso ocorrido em Buenos Aires, visto que ali foi defendido que “[...] el problema de la vivienda ‘debe quedar excluído del critério de Economía de Mercado’, algo que sin dudas inquietará a los globalizadores contemporâneos.” (GUTIERREZ; STAGNO; TARTARINI, 2007, p.27). O contraste entre os projetos de habitação de interesse público e sua dimensão privatista desencadeou a falta de concretude de tais iniciativas quando se considera toda a América Latina. Essa dimensão foi discutida durante o 11º Congresso Pan-Americano de Arquitetos, ocorrido pela primeira vez nos Estados Unidos, em Washington, no ano de 1965.

Em um cenário polarizado marcado pelo ápice da Guerra fria, a ocorrência desse evento na capital estadunidense consolidou o interesse existente em ampliar o diálogo com outros países da América, unindo esforços para a construção de uma arquitetura que se afastasse dos preceitos defendidos pelo bloco socialista. O tema da habitação novamente foi um dos destaques, mas agora não mais se debatiam as melhores técnicas e práticas para realizar tais projetos, mas sim as formas de financiá-los. Ao trazer para o centro do debate a questão do financiamento, a delegação dos Estados Unidos estava

¹⁶ BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995. pp.179-180.



enraizando alguns pressupostos presentes na Aliança Para o Progresso¹⁷ e no BID, cujas cláusulas para a concessão de empréstimos estavam diretamente relacionadas aos interesses na região¹⁸.

Ainda ao tratar sobre a questão da habitação, no congresso sediado em Washington discutiu-se o déficit habitacional existente na América Latina, a ser mitigado através de projetos que considerassem a importância do planejamento integral. Nesse cenário, a importância da adoção de políticas públicas voltadas à questão da habitação social foi debatida, pois, ainda que o Estado não arcasse com todos os recursos necessários para a estruturação dessas unidades habitacionais, deveriam ser formuladas políticas que resguardassem o direito à moradia. A questão do planejamento integral é vista como um ponto fundamental para viabilizar tais projetos, de forma que no congresso seguinte, ocorrido no ano de 1968 em Bogotá, esse foi o tema central do evento, associado aos processos de renovação urbana que estavam em curso na América Latina nesse período.

Os processos focaram nos espaços centrais das grandes cidades latino-americanas, visando a atração das classes médias urbanas de volta a esses locais. No entanto, alguns projetos de renovação dos centros resultaram na exclusão de uma parcela menos abastada da população, instaurando áreas *gentrificadas* que não dialogavam com o entorno, nas quais se localiza uma grande densidade de monumentos e prédios históricos. Iniciativas assim levantaram a questão de que o planejamento não deveria ser feito sem a participação da comunidade afetada, defendendo a importância de se respeitar as características socioeconômicas dos espaços que passariam por intervenções. Acerca da importância da participação da comunidade nos processos decisórios sobre o planejamento, a antropóloga mexicana Ana Rosas Mantecón pontua:

A participação do terceiro setor aumenta a possibilidade que o desenvolvimento socioeconômico seja exitoso e sustentável. Observou-se que quando as iniciativas público-privadas preveem a participação da comunidade ao início dos

¹⁷ A Aliança Para o Progresso surgiu em 1960 como uma iniciativa estadunidense de oposição ao bloco soviético no contexto da Guerra fria. Tal oposição se dava por meio de ações de desenvolvimento socioeconômico da região da América Latina e possuía uma orientação ideológica específica alinhada ao bloco capitalista – consequência direta desse conflito. Havia, assim, o interesse em fomentar o financiamento de obras de infraestrutura urbana em países latino-americanos como uma forma de enfraquecer a influência soviética no continente.

¹⁸ GUTIERREZ, Ramón; STAGNO, Rubens; TARTARINI, Jorge. Op. cit. p.29.



processos de planejamento estratégico e na tomada de decisões para a revitalização urbana, a comunidade pode identificar antes e, portanto, evitar resultados indesejados. Quer dizer, a exclusão pode resultar em decisões de investimento equivocadas. Incluir a comunidade ou outros atores do terceiro setor na aliança público-privada pode, assim, complicar o processo de desenvolvimento de consensos e atrasar a tomada de decisões, mas o risco de realizar investimentos não produtivos é mais alto se o processo de planejamento exclui os afetados pela intervenção.¹⁹

Uma característica que sobressalta nos projetos de renovação urbana realizados nas décadas de 1960 e 1970 na América Latina é a internacionalização das características arquitetônicas utilizadas, principalmente entre os países hispano-americanos. Para Gutierrez, Stagno e Tartarini, os aspectos em comum dos projetos apresentados significava uma espécie de “prelúdio” de um futuro dos tempos globalizadores que se seguiriam nas décadas subsequentes²⁰. O 13º Congresso Pan-Americano de Arquitetos, sediado no ano de 1970 em Porto Rico, trouxe ao debate arquitetônico questões que estavam latentes na sociedade do período, como a ecologia, as consequências da poluição e a relevância da humanização dos espaços, reconhecendo as necessidades somáticas, psicológicas e afetivas do homem²¹.

Essa edição também foi marcada pelo processo de reorganização da FPAA, que resultou em uma maior regionalização da instituição e na criação de oito comissões de trabalho voltadas ao debate de diferentes temas²². Também foi inaugurado o convênio de assistência técnica entre essa entidade e alguns organismos internacionais, com destaque para a OEA. Esse evento é considerado, portanto, uma nova etapa dentro da trajetória dos congressos, estimulando que iniciativas regionais ganhassem destaque e reconhecendo a necessidade de humanizar as diferentes questões que perpassam a arquitetura para além do tecnicismo.

As edições seguintes dos congressos contaram com um temário mais enxuto, de forma que o evento ocorrido em 1972 foi organizado de forma binacional pelas

¹⁹ MANTECÓN, Ana Rosas. “Los usos del patrimonio cultural en el centro histórico”. Cidade do México: **Alteridades**, número 26, volume 13, 2003. p.42. Tradução livre da autora.

²⁰ GUTIERREZ, Ramón; STAGNO, Rubens; TARTARINI, Jorge. Op. cit. p.32.

²¹ Idem, ibidem. p.34.

²² Os temas escolhidos para compor as comissões de trabalho foram: habitação, desenvolvimento urbano, saúde pública, revitalização de monumentos e sítios históricos, turismo, interesse gremial, formação do arquiteto e exercício profissional e difusão das atividades da Federação Panamericana de Associações de Arquitetos.



federações do Brasil e do Paraguai. Ainda que essa edição tenha sido focada nos debates das práticas arquitetônicas para melhorar as condições de habitação das parcelas menos abastadas da população, é possível identificar que as discussões nesse período eram realizadas de maneira mais difusa e menos politizada. Os discursos sobre os temas sociais compartilhavam a problemática da deterioração dos espaços urbanos, principalmente das zonas de monumentos localizadas nos espaços centrais das cidades latino-americanas, retomando a discussão sobre os processos de renovação urbana iniciada no congresso ocorrido em Bogotá.

O evento seguinte ocorreu no México, em 1975, sendo essa última edição analisada na presente comunicação. No XV Congresso Pan-Americano de Arquitetos houve a retomada da agenda do papel do arquiteto não apenas como um profissional voltado às intervenções técnicas no espaço urbano, mas que necessariamente deveria refletir sobre o contexto socioeconômico e político das cidades. Esse período foi marcado pela instauração de governos autoritários em diversos países latino-americanos, caracterizando-se como um fator fundamental na construção de um debate público menos politizado. Apesar do cenário antidemocrático, debateu-se que o arquiteto deveria ter consciência sobre como a estrutura social estava relacionada ao processo de subdesenvolvimento na América Latina. É relevante ressaltar, ainda, que devido ao contexto político, questões como a habitação social e o planejamento integral não foram retomadas nos congressos do período.

A partir das principais pautas abordadas durante os Congressos Pan-Americanos de Arquitetos entre as décadas de 1940 e 1970, é perceptível terem esses eventos estimulado a reflexão sobre questões diretamente relacionadas à realidade social da América Latina do período da Guerra fria. As interlocuções existentes entre as pautas identificadas nesses eventos e aquelas que estavam no centro do pensamento dos organismos internacionais do período revelam a existência de projetos políticos, ainda que por vezes tensionados, profundamente marcados por uma perspectiva transdisciplinar. Tais debates visavam a intervenção no espaço e, conseqüentemente, na realidade dos países latino-americanos sob o aspecto técnico e socioeconômico no período do pós-guerra.



Sobre o papel dos organismos internacionais nos debates que se estenderam para além dos espaços dos Congressos Pan-Americanos de Arquitetos, entende-se que ideias como a de desenvolvimento integral, defendida por intelectuais da CEPAL, se contrapunham às questões de financiamento privado propostas pelo BID, com o apoio de iniciativas como a Aliança Para o Progresso. É perceptível, assim, que mesmo dentre as instituições de cooperação técnica e econômica atuantes no América Latina em meados do século XX existiam discursos dissonantes, os quais eram ressignificados a partir dos debates estabelecidos por profissionais de diferentes áreas. A Aliança para o Progresso e sua Guerra Fria Cultural não se preocupavam em fornecer recursos para melhorar as práticas de intervenção no espaço urbano, mas sim em combater as iniciativas centradas na produção desse espaço sob perspectiva coletiva, despolitizando-as e privatizando-as. Portanto, debates que permitem a existência de uma pluralidade de ideias e de profissionais, como ocorria nos congressos, enriquecem o campo da arquitetura e do urbanismo e são uma forma de resistência ao discurso hegemônico do bloco capitalista no período pós Segunda Guerra Mundial.



Referência bibliográficas

BIELCHOWSKY, Ricardo (organizador). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro, RJ; São Paulo, SP: Record, 2000.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Interdisciplinaridade – transdisciplinaridade nos estudos urbanos. Campinas: **Revista eletrônica do CIEC**, v.7, número 10. 2015.

CANCELLI, Elizabeth; MESQUISTA, Gustavo; CHAVES, Wanderson. *Guerra fria e Brasil: para a agenda de integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Alameda, 2020.

CANCELLI, Elizabeth. “Intelectualidade e poder: inconformidade na Guerra Fria”. Editora da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O Brasil na Guerra Fria Cultural: o pós-guerra em releitura*. entr(H)istória: São Paulo, 2017.

FARIA, Rodrigo de. “Crítica transnacional del viaje latino-americano de la planificación norteamericana: un análisis basado em el origen intelectual del SIAP”. **RISCO**: São Paulo, v..20, 2022.

FARIA, Rodrigo de. “Planejamento urbano e desenvolvimento municipal na América Latina: ideias e realizações da Sociedad Interamericana de Planificación”. **Anais XVI ENAMPUR**. Belo Horizonte, 2015.

FERRARI, Camila. “O conjunto habitacional na produção da metrópole na América Latina entre as décadas de 1930 e 1970: um olhar a partir de São Paulo”. **Revista eletrônica da ANPHLAC**, número: 34, 2022. pp.186-213. Acesso em: 28/06/2023. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/4093/3459>.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *As ideias estão no lugar*. São Paulo: **Cadernos de debate**, Brasiliense, 1976.

GORELIK, Adrián. “A produção da cidade ‘latino-americana’”. **Tempo social**: São Paulo, 17, 2005.

GUTIERREZ, Ramón; STAGNO, Rubens; TARTARINI, Jorge. *Congresos Panamericanos de Arquitectos 1920-2000 – Aportes para su historia*. Buenos Aires: CEDODAL, 2007.

NOVO, Leonardo Faggion. “De debates locais a tramas transnacionais – O exercício de legitimar a profissão de arquiteto no início do século XX”. São Paulo: **Revista de pós-graduação da Escola da Cidade**. Número: 2, 2020. pp. 96-109.